

San Juan, Porto Rico, 15 de março de 2018

Comunicado do GAC – San Juan, Porto Rico ¹

I. Introdução

O comitê consultivo para assuntos governamentais (GAC) da Corporação da Internet para atribuição de nomes e números (ICANN) reuniu-se em San Juan, Porto Rico de 10 a 15 de março de 2018.

Cinquenta e nove membros do GAC e nove observadores participaram da reunião.

O encontro do GAC foi conduzido dentro do ICANN61. Todas as sessões plenárias e de grupos de trabalho do GAC foram realizadas como reuniões abertas.

II. Atividades entre os grupos constituintes e envolvimento da comunidade

Encontro com a Diretoria da ICANN

O GAC se reuniu com a Diretoria da ICANN e conversou sobre os seguintes tópicos:

- O modelo proposto pela ICANN para a conformidade com as Normas Gerais de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia e a função do GAC;
- Proteção de nomes e acrônimos das organizações intergovernamentais (OIGs);
- Solicitações de ponto Amazon;
- Códigos de países/territórios de duas letras no segundo nível; e
- Principais objetivos do GAC em curto e longo prazo.

Encontro com a Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO)

O GAC reuniu-se com membros do conselho da GNSO e discutiu:

- O status dos Processos de Desenvolvimento de Políticas (PDPs) atuais;
- O PDP reunido novamente para lidar com as proteções da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho;

¹ Para acessar conselhos anteriores do GAC sobre estes ou outros assuntos, consulte os últimos comunicados do GAC em: <https://gac.icann.org/contentMigrated/icann60-gac-communicue>

- A conclusão da implementação das recomendações do Grupo de Consulta GAC-GNSO;
- Procedimentos para a comunicação efetiva entre o contato da GNSO e a liderança do GAC; e
- Versão preliminar do orçamento e plano operacional da ICANN para o AF 2019.

Reunião com a Organização de Apoio para Nomes de Domínio com Código de País (ccNSO)

O GAC se reuniu com a ccNSO e conversou sobre:

- Política para nomes geográficos no primeiro nível;
- Próximas etapas com as perguntas frequentes sobre delegação, transferência e revogação de ccTLDs;
- Um novo comitê para a agenda ccNSO - GAC;
- O Processo de Desenvolvimento de Políticas (PDP) sobre a retirada de ccTLDs;
- Consideração do orçamento preliminar da ICANN para o AF 2019; e
- Registros de Domínios de Primeiro Nível com Código de País (ccTLDs) e as GDPR

Encontro com o Comitê Consultivo At-Large (ALAC)

O GAC se reuniu com o ALAC e conversou sobre:

- Políticas para nomes geográficos no primeiro nível;
- O modelo proposto pela organização da ICANN para conformidade com as GDPR;
- Cooperação para a capacitação em regiões menos favorecidas;
- Acompanhamento da declaração conjunta GAC-ALAC sobre o incentivo da participação inclusiva, embasada e significativa na ICANN; e
- A transferência da Chave de Assinatura de Chaves (KSK) das (DNSSEC) da zona raiz.

Encontro com o Grupo de Partes Interessadas Não Comerciais (NCSG)

O GAC se reuniu com representantes do NCSG. Os membros do NCSG forneceram informações ao GAC e conversaram sobre:

- O trabalho e os valores do NCSG;
- Privacidade no contexto do modelo proposto pela ICANN para conformidade com as GDPR; e
- Mecanismos de proteção de direitos e liberdade de expressão.

Encontro com o grupo de iniciativas estratégicas multissetoriais (MSSI) da ICANN

O GAC se reuniu com a equipe da MSSI da ICANN e conversou sobre os padrões operacionais preliminares para análises específicas, incluindo a contribuição do GAC para o processo de comentários públicos recente.

Encontro com o Grupo de Gestão da Aceitação Universal (UASG)

O GAC recebeu informações do UASG e concordou em ajudar a avançar em nível nacional os temas relacionados à aceitação universal, como a aceitação universal por formulários online governamentais e a apresentação de conceitos de aceitação universal e do UASG para CIOs dos governos nos níveis nacional, estadual e local.

Discussões entre comunidades

Os membros do GAC participaram de sessões relevantes entre comunidades programadas para o ICANN61, incluindo sessões sobre as GDPR e o WHOIS.

III. Assuntos internos

1. Membros do GAC

O GAC deu as boas-vindas aos novos membros Bangladesh, Bósnia Herzegovina e Mianmar. Agora, o GAC conta com 176 membros.

2. Liderança do GAC

O GAC realizará um processo entre sessões para preencher a vaga de vice-presidente deixada por Milagres Castañon (Peru). O GAC agradece a senhora Castañon pelo trabalho e deseja sucesso no futuro.

3. Grupos de Trabalho do GAC

O GAC reconhece e aceita a indicação de Laureen Kapin (Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos) como copresidente do PSWG e apoia o [plano de trabalho PSWG 2018/2019](#).

- **Grupo de Trabalho do GAC sobre Segurança Pública (PSWG)**

Em relação à conformidade do WHOIS com as GDPR, o PSWG e a plenária do GAC conversaram sobre os impactos públicos do modelo provisório proposto pela organização da ICANN. O PSWG informou que conversou com as partes interessadas relevantes para identificar soluções práticas que permitam o acesso ininterrupto a dados completos de WHOIS, consistentes com as proteções apropriadas da privacidade dos dados.

Em relação à Equipe de Revisão de Implementação do Credenciamento de Serviços de Privacidade e Proxy (PPSAI IRT), o PSWG informou a preocupação de que os possíveis provedores de serviços estejam relutantes em concordar em responder às solicitações de emergência dos órgãos de aplicação da lei em 24 horas.

O PSWG explicou a importância das denúncias públicas de abusos do DNS por meio da iniciativa DAAR (Denúncias de Atividades Abusivas de Domínios) e aprovou o trabalho da equipe do CTO da ICANN (OCTO) na liderança deste projeto. O CTO da ICANN forneceu informações ao GAC sobre a DAAR. Depois da conclusão de uma análise independente da metodologia da DAAR, o PSWG espera que a ICANN publique regularmente dados específicos identificando as partes mais associadas ao abuso do DNS.

- **Grupo de Trabalho do GAC para Examinar a Proteção de Nomes Geográficos em Futuras Expansões de gTLDs**

O grupo de trabalho se reuniu e analisou o status do trabalho que está sendo realizado na linha de trabalho 5 do PDP de procedimentos subsequentes de novos gTLDs sobre nomes geográficos. O grupo deu notícias sobre o conteúdo dos termos de referência da linha de trabalho 5, e a presente análise das diferentes categorias de nomes geográficos incluídas no Guia do Solicitante de Novos gTLDs e do PDP da GNSO de 2007.

- **Grupo de Trabalho do GAC para Regiões Menos Favorecidas (USRWG)**

A partir do ICANN60, o USRWG conduziu mais dois workshops regionais de capacitação - um no Nepal, em fevereiro, e outro no início do ICANN 61 em San Juan. O grupo de trabalho continuará trabalhando com as equipes de participação governamental (GE), participação global de partes interessadas (GSE) e apoio à responsabilidade pública (PSR) da organização da ICANN para coordenar e facilitar os próximos workshops de capacitação programados para o Senegal em maio de 2018 e durante o ICANN 62 no Panamá em junho de 2018.

O USRWG trabalhará com a equipe de PSR para desenvolver uma plataforma online abrangente (ICANN Learn) para os membros do GAC como parte dos trabalhos contínuos e o possível fortalecimento do programa de integração dos membros do GAC. Como resultado, o grupo de trabalho trabalhará para avaliar a iniciativa de capacitação.

O grupo de trabalho aprova o trabalho contínuo com outras comunidades da ICANN para abordar temas e assuntos específicos que serão usados para informar os membros do GAC e as respectivas comunidades.

- **Grupo de trabalho do GAC sobre Direitos Humanos e Direito Internacional (HRILWG)**

O grupo de trabalho recebeu notícias da liderança do Grupo de Trabalho Entre Comunidades sobre Responsabilidade em relação ao processo de adoção da Estrutura de Interpretação (Fol) e considerações relacionadas ao valor fundamental dos direitos humanos mencionados no Estatuto da ICANN. Foi realizada uma troca de informações sobre o trabalho de implementação da Fol com a equipe de trabalho entre comunidades sobre a Responsabilidade corporativa e social da ICANN de respeitar os direitos humanos (CCWP-HR), os representantes do ALAC e outros membros da comunidade.

- **Grupo de Trabalho do GAC sobre a participação do GAC no NomCom**

O grupo de trabalho concluiu uma sessão de redação para revisar o documento "Critérios do GAC para o NomCom". O documento preliminar revisado foi enviado aos membros do grupo de trabalho em busca de comentários e feedback. Quando for aceito, o documento será enviado a todos os membros do GAC para comentários e aprovação antes de ser enviado ao NomCom.

4. Grupo de Trabalho para a Implementação de Recomendações do GAC pela Diretoria (BGRI-WG)

O BGRI-WG se reuniu em uma sessão plenária do GAC e:

- Observou os cronogramas aprimorados propostos para a Diretoria em resposta ao Comunicado do GAC;
- Analisou a operação do novo Registro de Solicitação de Ações da ICANN e sua aplicação aos conselhos do GAC; e
- Conversou sobre possíveis melhorias na integração e no treinamento para ajudar os novos membros do GAC a entender melhor as questões e os procedimentos da ICANN e do GAC. Os membros da Diretoria se ofereceram para conduzir um Seminário na Web antes do ICANN 62 para os membros do GAC interessados.

5. Rendimento de leilões

O GAC analisou o trabalho atual do CCWG sobre o rendimento de leilões de novos gTLDs e continuará monitorando e participando do trabalho desse grupo.

6. Secretaria independente

O GAC reafirmou a importância de uma secretaria independente para apoiar seu trabalho, e analisará opções sustentáveis em longo prazo para garantir esse recurso.

7. Aprimoramento da Responsabilidade da ICANN

O GAC analisou o progresso da linha de trabalho 2 do CCWG para o aprimoramento da responsabilidade da ICANN.

Vários membros do GAC expressaram grandes preocupações em relação ao relatório preliminar do subgrupo de jurisdição. Esses membros consideram que ele não cumpre os objetivos da Linha de trabalho 2 e que as recomendações dele reduzem apenas parcialmente os riscos associados à submissão da ICANN à jurisdição dos Estados Unidos, o que torna a adoção do relatório inaceitável.

Outros membros do GAC receberam bem as recomendações sobre jurisdição e destacaram a importância de que o setor tenha opções, incluindo um cardápio para escolher leis e locais de contratos com a ICANN.

Em relação à discussão sobre jurisdição, os membros do GAC observaram o reconhecimento pelo Grupo de Trabalho Entre Comunidades de que "são necessárias mais discussões para resolver preocupações pendentes".

O GAC reitera o apoio ao processo aberto e multissetorial através do qual as recomendações foram desenvolvidas, e continuará participando ativamente do trabalho do CCWG.

IV. Outros assuntos

1. Políticas de Novos gTLDs: Nomes geográficos

O GAC analisou a evolução da Linha de trabalho 5 do PDP da GNSO sobre procedimentos subsequentes de novos gTLDs em relação a nomes geográficos no primeiro nível. Essa continua sendo uma área prioritária para os membros do GAC.

Alguns membros do GAC observaram que as discussões da linha de trabalho 5 devem levar em conta todos os materiais disponíveis ou que estejam sendo produzidos fora do contexto da ICANN em relação a nomes com significância geográfica.

Em relação às discussões da linha de trabalho 5 realizadas em San Juan, a questão dos nomes de países em nomes genéricos de primeiro nível dentro do campo de ação da GNSO foi um tema debatido. Foram manifestadas preocupações em relação ao cronograma planejado para a conclusão da linha de trabalho 5, destacando a necessidade de permitir que os membros do GAC façam comentários em tempo hábil.

O GAC trabalhará entre sessões para analisar melhor os aspectos de políticas públicas desse trabalho. O GAC buscará fornecer comentários coordenados (inclusive pela

secretaria) à linha de trabalho antes da finalização de qualquer relatório inicial. Os membros do GAC observaram que o cronograma atual da linha de trabalho pode ser difícil.

2. Políticas de Novos gTLDs: Geral

O GAC se reuniu com um dos copresidentes do PDP da GNSO sobre procedimentos subsequentes de novos gTLDs. Observou-se que, embora os conselhos existentes do GAC tenham sido considerados, o PDP se beneficiaria com visões mais detalhadas do GAC e informações sobre questões com implicações de políticas públicas, por exemplo o apoio aos países em desenvolvimento e solicitações da comunidade. Os membros do GAC sugeriram que seria útil para o Grupo de Trabalho do PDP indicar ao GAC em que ponto as questões específicas em desenvolvimento têm implicações de políticas públicas, bem como em que ponto podem divergir dos conselhos do GAC, fornecendo informações complementares relevantes.

3. Encontro Governamental de Alto Nível: Barcelona

O GAC recebeu informações do governo da Espanha sobre a organização do Encontro Governamental de Alto Nível que será realizado dentro do ICANN 63, em Barcelona.

V. Conselho Consensual do GAC à Diretoria

Os seguintes pareceres do GAC à Diretoria obtiveram consenso total, conforme a definição do Estatuto da ICANN.²

1. GDPR e WHOIS

O GAC destaca a importância de cumprir as Normas Gerais de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, que protegem a privacidade de pessoas naturais e permite o processamento e o acesso a dados para fins legítimos.

² Seção.12.2 (a)(x) do Estatuto: Os pareceres do Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais sobre questões de políticas públicas devem ser devidamente levados em consideração, tanto na formulação como na adoção de políticas. Caso a Diretoria decida executar uma ação que não seja consistente com um parecer do comitê consultivo para assuntos governamentais, ela deverá informar o comitê e declarar os motivos pelos quais decidiu não seguir esse parecer. Qualquer parecer do comitê consultivo para assuntos governamentais aprovado por consenso total de seus membros, entendido como a prática de adotar decisões por concordância geral na ausência de objeções formais (“**Conselho consensual do GAC**”), somente poderá ser rejeitado por uma votação de 60% ou mais da diretoria, e o comitê consultivo para assuntos governamentais e a diretoria tentarão encontrar, de boa-fé e de modo oportuno e eficiente, uma solução mutuamente aceitável. O Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais informará se qualquer parecer dado à Diretoria é um conselho consensual.

O GAC recomenda que a ICANN continue seu trabalho para garantir a conformidade total e oportuna com as GDPR, envolvendo a comunidade multissetorial e as autoridades de proteção de dados europeias.

O GAC reitera seu conselho anterior, incluindo o Comunicado de Abu Dhabi, de manter, na medida do possível, a estrutura atual do WHOIS, garantindo a conformidade total e oportuna com as GDPR.

O GAC não prevê uma função operacional no desenvolvimento e na implementação dos programas de credenciamento propostos, mas reitera sua disposição de aconselhar a Diretoria e trabalhar com a organização da ICANN e a comunidade no desenvolvimento de códigos de conduta sob o ponto de vista de políticas públicas.

O GAC observa que os governos individuais podem fornecer informações à ICANN sobre os usuários governamentais para garantir o acesso contínuo ao WHOIS. Em relação ao modelo provisório proposto, consistente com os comentários do GAC enviados à ICANN em 8 de março de 2018,

a. o GAC recomenda que a Diretoria da ICANN instrua a organização da ICANN a:

- i. Garantir que o modelo provisório proposto mantenha os requisitos atuais de WHOIS na medida do possível;
- ii. Fornecer justificativas detalhadas para as escolhas feitas no modelo provisório, explicando a necessidade e a proporcionalidade delas em relação aos propósitos legítimos identificados;
- iii. Reconsiderar especificamente a proposta de ocultar o endereço de e-mail do registrante, pois isso pode não ser proporcional diante do impacto negativo significativo sobre a aplicação da lei, a segurança cibernética e a proteção de direitos;
- iv. Distinguir entre pessoas jurídicas e naturais, permitindo o acesso público aos dados de WHOIS de entidades jurídicas, que não estão na área de ação das GDPR;
- v. Garantir o acesso contínuo ao WHOIS, incluindo dados não públicos, para usuários com propósitos legítimos, até o momento em que o WHOIS provisório esteja totalmente operacional. Essa medida deve ser obrigatória para todas as partes contratadas;
- vi. Garantir que as limitações em relação ao volume de consultas contemplado em um programa de credenciamento levem em conta necessidades realistas de investigação e referência; e
- vii. Garantir a confidencialidade das consultas de WHOIS por órgãos de aplicação da lei.

Além disso,

b. o GAC recomenda que a Diretoria da ICANN instrua a organização da ICANN a:

- i. Concluir o modelo provisório o mais rápido possível, levando em conta as recomendações acima. Depois da conclusão do modelo, o GAC complementar a divulgação da ICANN para o grupo que está trabalhando no artigo 29, pedindo a opinião desse grupo.
- ii. Considerar o uso de políticas temporárias e/ou emendas especiais aos contratos padrão da ICANN entre registro e registrador para garantir a implementação de um modelo provisório e de um mecanismo de acesso temporário; e
- iii. Ajudar a informar outros governos nacionais não representados no GAC sobre a oportunidade de fornecer informações à ICANN sobre os usuários governamentais para garantir o acesso contínuo ao WHOIS.

JUSTIFICATIVA

A missão principal da ICANN é "garantir a operação estável e segura dos sistemas de identificadores únicos da Internet".³ Da mesma forma, o Estatuto da ICANN inclui o compromisso de preservar e melhorar "a estabilidade, a confiabilidade, a segurança, a interoperabilidade global, a flexibilidade e a abertura do DNS e da Internet".⁴ Os compromissos da ICANN e as análises obrigatórias destacam que a corporação deve "abordar de forma adequada" as questões relacionadas à "proteção do consumidor, segurança, estabilidade, resiliência e abuso".⁵

O sistema atual do WHOIS ajuda a alcançar muitos desses interesses de políticas públicas, incluindo o aumento da confiança no DNS, a garantia da proteção do consumidor, a proteção da propriedade intelectual, o combate aos crimes cibernéticos, a pirataria e a fraude, entre outros elementos já destacados nos Princípios do GAC para o WHOIS, de 2007.

As GDPR fornecem mecanismos para equilibrar os diferentes interesses públicos e privados legítimos que estão em jogo, incluindo privacidade e responsabilidade. Observamos que os interesses legítimos refletidos no Estatuto da ICANN são consistentes com os documentos da GDPR, que dão exemplos como "evitar fraude", "garantir a segurança da rede e das informações", "incluir a capacidade de resistir a atos

³ Estatuto da ICANN, artigo um, seção 1.1, missão

⁴ Estatuto da ICANN, Seção 1,2 (a), compromissos e valores centrais

⁵ Consulte o Estatuto da ICANN, seção 4.6 (d), análises específicas, análise de concorrência, confiança e escolha do consumidor.

ilegais ou maliciosos" e denunciar possíveis "atos criminosos ou ameaças à segurança pública" às autoridades.⁶

Em relação aos dados de registro, especificamente, o Estatuto da ICANN reconhece que os dados do WHOIS são essenciais para "as necessidades legítimas da aplicação da lei" e para a "promoção da confiança do consumidor".⁷ Essas regras refletem a natureza da Internet como recurso público cuja governança não serve apenas os interesses das partes privadas que operam o DNS, mas também serve vários interesses de políticas públicas importantes.

A nova proposta provisória da ICANN sugere mudanças significativas ao sistema de WHOIS, incluindo o mascaramento de várias categorias de informações que costumavam ser públicas. O GAC está preocupado com que o modelo provisório não mantenha o sistema de WHOIS atual na máxima extensão possível, e que essas mudanças não sejam compatíveis com as análises necessárias, bem como com a justificativa, que questiona se as escolhas refletidas na proposta atual são exigidas pela lei. Da forma como está, o sistema proposto poderia atrapalhar o trabalho de aplicação da lei, de propriedade intelectual e de outros agentes no combate a atividades ilícitas e na redução de abusos no DNS.

É necessário justificar a decisão de ocultar certos elementos de dados de WHOIS do banco de dados público. Primeiramente, não é necessário ocultar informações não pessoais (incluindo informações relacionadas a entidades jurídicas), como nome (na medida em que sejam entidades jurídicas, *por exemplo*, empresas ou organizações) ou o estado e país do contato técnico e administrativo. Em segundo lugar, em relação aos dados pessoais, as GDPR permitem o processamento, incluindo a publicação, em certas circunstâncias. Como esclarece o grupo que está trabalhando no artigo 29, a publicação de alguns dados pessoais não está excluída, contanto que seja justificada por fins legítimos dentro do diretório do WHOIS e que tenha bases legais, como o cumprimento de um contrato ou interesses legítimos do controlador ou de terceiros. Especificamente, a publicação do endereço de e-mail do registrante deve ser considerada diante da função importante desse dado para várias finalidades legítimas e a possibilidade de que os registrantes forneçam um endereço de e-mail que não contenha dados pessoais. Por último, as entidades jurídicas ficam explicitamente excluídas da abrangência das GDPR.

2. Acrônimos reservados de OIGs

Observando o progresso do PDP sobre o acesso de OIGs a mecanismos de proteção de direitos de remediação, que o GAC está monitorando de perto, o GAC reafirma as

⁶ Consulte Documentos da GDPR 47, 49 e 50.

⁷ Estatuto da ICANN, análise de serviços de diretório de registro, §4.6(e).

recomendações de comunicados anteriores em relação à proteção preventiva de identificadores de OIGs, relembra a importância de manter proteções temporárias até que uma resolução permanente sobre identificadores de OIGs seja definida para evitar danos irreparáveis às OIGs e

a. recomenda que a diretoria da ICANN:

- i. Garanta que a lista de OIGs qualificadas para a proteção preventiva seja o mais precisa e completa possível.

JUSTIFICATIVA

Apesar das indicações em contrário, a GNSO ainda não concluiu o PDP sobre mecanismos de proteção de direitos de remediação. O GAC e as OIGs continuam totalmente envolvidos com essa questão e destacam que a remoção das proteções provisórias antes de uma decisão permanente sobre a proteção de acrônimos de OIGs poderia resultar em danos irreparáveis para essas organizações. Enquanto isso, a ICANN avançou com a implementação das recomendações do GAC em relação à proteção dos nomes completos de OIGs no segundo nível. Essas proteções serão baseadas em uma lista de OIGs que atendem aos critérios previamente aceitos.

Para garantir que essas recomendações sejam efetivamente implementadas, seguindo o trabalho significativo realizado pelas OIGs que resultou em avanços significativos na compilação desta lista, é necessário um trabalho focado para entrar em contato com as OIGs restantes, de forma que os nomes delas sejam protegidos corretamente nos dois idiomas escolhidos. A ICANN está em contato com a OECD e a WIPO nessa iniciativa, apoiada pelo GAC.

VI. Acompanhamento de recomendações anteriores

Os itens a seguir refletem questões relacionadas a conselhos anteriores fornecidos à Diretoria.

1. Solicitações de ponto amazon e strings relacionadas

O GAC recebeu notícias de vários membros em relação à proposta enviada pela Amazon.com no ICANN 60. O GAC entende que os governos que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (ACTO) estabeleceram um processo para analisar a proposta, e que tal análise está avançando. O GAC foi informado que a Amazon.com e os membros da Diretoria se disponibilizaram para ajudar, se necessário.

O GAC considerou as resoluções da Diretoria 2017.10.29.02 e 2017.10.29.03. O GAC decidiu, no espírito de cooperação, responder aos pedidos da Diretoria de informações

adicionais sobre o caso .amazon. A carta enviada pelo GAC à Diretoria está anexa a este Comunicado.

2. Códigos de países/territórios de dois caracteres no segundo nível

Alguns membros do GAC observaram que preocupações importantes relacionadas à liberação de códigos de país/território de 2 caracteres no 2º nível, manifestadas em conselhos anteriores do GAC, permanecem.

O GAC também observa a disponibilidade de certas medidas para reduzir as preocupações dos governos com relação à liberação de códigos de 2 letras no segundo nível.

Alguns membros do GAC observaram que as medidas atuais não foram usadas. Alguns membros do GAC consideraram que essas medidas são insuficientes.

O GAC pretende acompanhar a implementação da iniciativa proposta no ICANN62, tendo em mente que todos os conselhos anteriores do GAC sobre o assunto continuam válidos.

VII. Próximo encontro presencial

O GAC se reunirá no ICANN 62 na Cidade do Panamá, programado para 25 a 28 de junho de 2018.

Anexo ao Comunicado do GAC para o ICANN61

15 de março de 2018

Cherine Chalaby

Presidente

ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números)

Assunto: Solicitação de informações adicionais sobre as solicitações de ponto Amazon

Prezado Cherine,

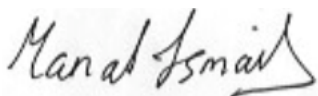
Estou escrevendo em resposta à carta de Steve Crocker de 29 de outubro de 2017, que indicava os termos de uma resolução da Diretoria perguntando se o GAC tem: (i). Informações para

fornecer à Diretoria sobre as “justificativas de políticas públicas baseadas em méritos” em relação à recomendação do GAC de que as solicitações da Amazon não deveriam avançar; ou (ii). Qualquer outra informação nova ou adicional para fornecer à Diretoria em relação à recomendação do GAC de que as solicitações da Amazon não deveriam avançar.

No ICANN 61, o GAC recebeu notícias de vários membros em relação à proposta enviada pela Amazon.com no ICANN 60. Entendemos que os governos que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (ACTO) estabeleceram um processo para analisar a proposta, e que tal análise está avançando. O GAC foi informado que a Amazon.com e os membros da Diretoria se disponibilizaram para ajudar, se solicitado.

Nesse momento, o GAC não tem informações adicionais para fornecer à Diretoria em relação a essa questão, **além de indicar o Comunicado do GAC de Abu Dhabi, especificamente às recomendações para a Diretoria contidas nesse comunicado, ou seja, que a Diretoria “continue facilitando as negociações entre os países que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (ACTO) e a corporação Amazon com o objetivo de chegar a uma solução de aceitação mútua que permita o uso de .amazon como nome de domínio de primeiro nível”**), a “...necessidade expressa de encontrar uma solução aceita pelas duas partes no caso das solicitações do gTLD .amazon para os países afetados e a corporação Amazon”, bem como a chamada de atenção a “...todas as partes para a transcrição final das sessões relevantes em que essas questões foram discutidas, que estará disponível em: <https://icann60abudhabi2017.sched.com/event/CbHz/gac-meeting-with-amazoncom>”.

Atenciosamente,



Manal Ismail
Presidente, Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais